

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 4 de abril de 2025 • Nº 2024 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

O crescimento das *insurtechs*

PÁGINA 7

TARIFAS DOS EUA

Governo vai defender empresas nacionais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o país vai tomar "todas as medidas cabíveis" diante da decisão do governo norte-americano de tarifar em 10% os produtos brasileiros. A sobretaxa foi anunciada na última quarta-feira pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em meio a uma espécie de tarifaço global sobre impostos de importação. "Defendemos o multilateralismo e o livre comércio. E responderemos a qualquer tentativa de impor um protecionismo que não cabe mais hoje no mundo", disse. "Diante da decisão dos Estados Unidos de impor uma sobretaxa aos produtos brasileiros, tomaremos todas as medidas cabíveis para defender as nossas empresas e os nossos trabalhadores", disse Lula. **PÁGINA 12**

VIOLÊNCIA

Supremo cria regra para operações policiais no RJ

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu ontem, que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), cumpriu parcialmente as exigências para reduzir a letalidade policial e melhorar a política de segurança pública do estado, mas estabeleceu um conjunto de regras que precisam ser observadas nas operações policiais e na investigação das ocorrências envolvendo mortes de civis e agentes nessas operações. A decisão foi tomada na "ADPF das Favelas". Os ministros confirmaram que as Polícias Civil e Militar têm autonomia para deflagrar operações em comunidades, que foram limitadas desde a pandemia de Covid-19, mas o trabalho precisa obedecer uma série de diretrizes. **PÁGINA 18**

PRIMEIRO TRIMESTRE

Venda de veículos novos é maior desde 2008

A quantidade de vendas de veículos novos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motos e implementos rodoviários) no primeiro trimestre de 2025 foi a maior desde 2008. Foram vendidas 1,08 milhão de unidades nos três primeiros meses do ano, resultado 8% superior ao anotado no mesmo período de 2024. Os dados, divulgados ontem, em São Paulo, são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). No primeiro trimestre, foram co-

mercializadas 517,7 mil unidades de automóveis e comerciais leves, alta de 7,1% em relação ao mesmo período de 2024. Esse resultado só foi alcançado, no acumulado de 2024, no mês de abril. "O bom desempenho mostra que a demanda segue aquecida. Apesar dos desafios no crédito, há um ritmo sustentado de crescimento", disse o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior. O número de vendas de motocicletas no primeiro trimestre também foi o maior da história do país. **PÁGINA 2**

INSS

Antecipação do 13º injetará R\$ 73,3 bilhões na economia



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

A antecipação do décimo terceiro para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) injetará R\$ 73,3 bilhões na economia, divulgou ontem o Ministério da Previdência Social. O pagamento beneficiará 34,2 milhões de pessoas. A primeira parcela será paga de 24 de abril a 8 de maio. A segunda parcela vai de 26 de maio a 6 de junho. As datas são definidas com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS) e com base na renda do beneficiário. Quem ganha apenas o salário mínimo começa a receber antes de quem recebe mais que o mínimo. O decreto com a antecipação do décimo terceiro do INSS foi assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto), durante evento que apresentou o balanço do governo até agora. Este será o sexto ano seguido em que os segurados do INSS receberão o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho. No ano passado, o pagamento ocorreu em abril e maio, como neste ano. O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro estarão em breve disponíveis no aplicativo. Meu INSS, disponível para celulares e tablets. A consulta também pode ser feita pelo site do Instituto. **PÁGINA 2**

ESPIONAGEM



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Itamaraty dialoga com Paraguai para reduzir crise

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil vem trabalhando para reduzir as tensões com o Paraguai em meio a informação de que uma operação hacker teria sido feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a obtenção de informações sigilosas de autoridades paraguaias envolvidas em negociações sobre a usina de Itaipu, de propriedade binacional. E, realmente, não nos passaria pela cabeça espionar um país amigo. As instituições envolvidas estão fazendo seus processos internos de averiguação, inclusive do lamentável vazamento à imprensa do ocorrido. Processos de investigação não deveriam estar na imprensa", afirmou ontem a embaixadora Gisela Padovan (foto), secretária de América Latina do Ministério das Relações Exteriores (MRE). **PÁGINA 16**

INDICADORES

IBOVESPA -0,04% / 131.140,65 / -49,69 / Volume: 28.011.602.475 / Negócios: 4.632.368				Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo										
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ		Compra: 6,2924 Venda: 6,4724										
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	R\$ 4,5373	IPCA	DÓLAR Ptax - BC										
COGNA ON ATZ NM	2,18	+4,31	+0,09	AERIS ON NM	4,460	+14,65	+0,570	CASAS BAHIA ON NM	7,770	-18,38	-1,750	S&P 500	5,396	52	-4,84	(19/03)	14,25%	13,25%	Compra: 5,6067	-1,50%
PETROBRAS PN N2	36,00	-3,23	-1,20	ALPARGATAS ON N1	7,38	+13,02	+0,85	MUNDIAL ON	17,11	-7,51	-1,39	NASDAQ Composite	16,550	605	-5,97	TR	0,1709%	0,1709%	Compra: 5,6279	Venda: 5,6285
HAPVIDA ON NM	2,25	+3,21	+0,07	PORTOBELLO ON NM	3,96	+11,24	+0,40	BRAVA ON ATZ NM	21,060	-7,18	-1,630	Nasdaq 100	18,521	475	-5,41	Poupança	0,6718%	0,6718%	Compra: 5,6633	Venda: 5,8433
B3 ON EJ NM	12,73	+2,50	+0,31	PAR AL BAHIAON	40,00	+10,62	+3,84	PETRORIO ON NM	36,83	-6,95	-2,75	Euronext 100	1,513	04	-3,19	EURO Comercial	Compra: 6,2040	Venda: 6,2046		
BRADESCO PN EJ N1	12,71	+1,92	+0,24	KARSTEN PN	34,00	+9,68	+3,00	OSX BRASIL ON NM	3,13	-6,57	-0,22	CAC 40	7,598	98	-3,31	DÓLAR turismo				

MERCADOS



Bolsa resiste à correção global e fecha sessão perto da estabilidade

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Mesmo com forte pressão em Vale (ON -3,62%) e Petrobras (ON -3,53%, PN -3,23%), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) escapou ontem, relativamente ileso dos efeitos secundários do Dia da Libertação, o tarifaço concretizado no fim da tarde da quarta-feira pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Ontem, com destaque para o mergulho de 5,97% do índice de tecnologia de Nova York, o Nasdaq. Dow Jones cedeu 3,98% e S&P 500 caiu 4,84%.

Aqui no Brasil, o Índice Bovespa (Bovespa) fechou pouco abaixo da estabilidade (-0,04%), aos 131.140,65 pontos, com giro a R\$ 28,2 bilhões na sessão. Ontem, oscilou entre mínima de 130 181,74 e máxima de 132.552,11 pontos, saindo de abertura aos 131 185,39 pontos.

Na semana, ainda cai 0,58%, mas acumula ganho de 0,68% no agregado das três primeiras sessões do mês. No ano, sobe 9,03%.

O dia seguinte ao tarifaço norte-americano foi de recuo limitado para os preços do minério de ferro na China, e de queda livre para o petróleo em Londres e Nova York, com perdas superiores a 6% no fechamento do Brent e do WTI.

Apesar do desempenho negativo das gigantes das commodities - Vale e Petrobras -, o dia foi de avanço para as ações de grandes bancos, em faixa acima de 1% para Itaú (PN +1,78%), Bradesco (ON +1,88%, PN +1,92%) e Santander (Unit +1,4%). Na ponta ganhadora, Auren (+7,58%), Magazine Luiza (+5,45%) e Iguatemi (+5,12%). No lado oposto, Brava (-7,18%), Prio (-6,95%) e São Martinho (-5,79%).

Em geral, na sessão desta quinta, a queda dos juros futuros impulsionou empresas do setor de educação, como Yduqs (+3,78%), e favoreceu papéis do setor de consumo, varejo e construção, como Lojas Renner (+2,24%), Assai (+4,58%), Cyrela (+4,39%) e Magazine Luiza, destaca Alison Correia, analista da Dom Investimentos.

DÓLAR

Após furar o piso de R\$ 5,60 pela manhã, com mínima a R\$ 5,5934, o dólar à vista reduziu as perdas ao longo da tarde, em sintonia com exterior, e encerrou a sessão de ontem, a primeira após o tarifaço de Donald Trump, em queda de 1,2%, cotado a R\$ 5,6281. Trata-se do menor valor de fechamento desde 14 de outubro (R\$ 5,5827).

TARIFAÇO

Alckmin: Fomos incluídos na tarifa menor, mas não achamos justo isso

GIORDANNA NEVES/AE

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou ontem, que apesar de o Brasil ter sido atingido com a menor alíquota, de 10%, no "tarifaço" anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a medida é ainda ruim e injusta. Ele elogiou a aprovação do projeto de lei (PL) da Reciprocidade pelo Congresso, mas disse que o governo não pretende usar essa legislação.

"Não pretendemos usá-la, o que queremos fazer é diálogo e negociação", disse em entrevista ao Blog do Magno. O PL da reciprocidade aprovado pelo Congresso estabelece critérios para que o Brasil responda a "medidas unilaterais" adotadas por países ou blocos econômicos que afetem a competitividade internacional do País.

Alckmin afirmou que o Brasil não considera justa a medida anunciada pelos EUA. Na semana que vem, segundo ele, haverá uma reunião para negociações entre as equipes técnicas. "Dos 10 produtos que mais compramos dos Estados Unidos, em oito a alíquota de importação é zero. O Brasil não é problema. Por isso fomos incluídos na tarifa menor, mas não achamos justo isso", disse.

Ele disse que o Brasil vai tentar aperfeiçoar e ampliar oportunidades de investimentos recíprocos e de complementaridade na cadeia eco-

nômica com os Estados Unidos. "Comércio exterior é positivo. Se eu sou mais competitivo numa área, vendo para você. Se você é mais competitivo, vende pra mim. Ganha o conjunto da sociedade. Complementaridade na cadeia econômica. Você faz uma peça, o outro faz outra, o outro complementa, você monta. Esse é um bom caminho", explicou.

O vice-presidente avaliou ainda que a decisão unilateral dos EUA não é boa para o comércio, já que cria insegurança e imprevisibilidade, além de diminuir investimentos. Ele afirmou que o Brasil ficará atento a desvios de mercado e critérios para qualquer alteração de comércio exterior. Por outro lado, Alckmin avaliou que o "tarifaço" vai acelerar o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE).

Alckmin disse ainda que a tentativa dos EUA de atrair empresas é uma "coisa de meio século atrás". "Ele (Trump) está tentando atrair de volta empresas para os Estados Unidos, só que isso é uma coisa de meio século atrás, quando você tinha política de substituir importações. Vou substituir importações para produzir aqui, então eu faço protecionismo. Mas o mundo é outro. Mas a gente tem que respeitar a decisão de outros países e proteger e defender o comércio brasileiro. Então buscar mercados", comentou.

INSS

13º antecipado vai injetar R\$ 73,3 bilhões na economia

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A antecipação do décimo terceiro para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) injetará R\$ 73,3 bilhões na economia, divulgou ontem o Ministério da Previdência Social. O pagamento beneficiará 34,2 milhões de pessoas.

A primeira parcela será paga de 24 de abril a 8 de maio. A segunda parcela vai de 26 de maio

a 6 de junho. As datas são definidas com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS) e com base na renda do beneficiário. Quem ganha apenas o salário mínimo começa a receber antes de quem recebe mais que o mínimo.

O decreto com a antecipação do décimo terceiro do INSS foi assinado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento que apresentou o balanço do governo até agora.

Este será o sexto ano seguido

em que os segurados do INSS receberão o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19. Em 2022 e 2023, as parcelas foram pagas em maio e junho. No ano passado, o pagamento ocorreu em abril e maio, como neste ano.

O extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro estarão em breve disponíveis no aplicativo. Meu

INSS, disponível para celulares e tablets. A consulta também pode ser feita pelo site do Instituto.

Quem não tiver acesso à internet pode consultar a liberação do décimo terceiro pelo telefone 135. Nesse caso, é necessário informar o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e confirmar alguns dados ao atendente antes de fazer a consulta. O atendimento telefônico está disponível de segunda a sábado, das 7h às 22h.

FENABRAVE

Total de veículos novos vendidos no 1º trimestre é o maior desde 2008

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A quantidade de vendas de veículos novos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motos e implementos rodoviários) no primeiro trimestre de 2025 foi a maior desde 2008.

Foram vendidas 1,08 milhão de unidades nos três primeiros meses do ano, resultado 8% superior ao anotado no mesmo período de 2024. Os dados, divulgados on-

tem, em São Paulo, são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

No primeiro trimestre, foram comercializadas 517,7 mil unidades de automóveis e comerciais leves, alta de 7,1% em relação ao mesmo período de 2024. Esse resultado só foi alcançado, no acumulado de 2024, no mês de abril.

"O bom desempenho mostra que a demanda segue aquecida. Apesar dos desafios no crédito, há

um ritmo sustentado de crescimento", disse o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior.

MOTOCICLETAS

O número de vendas de motocicletas no primeiro trimestre também foi o maior da história do país. Foram comercializadas 473,9 mil unidades, total 9,6% superior ao verificado no mesmo período do ano passado.

"A motocicleta se consolidou

como solução de mobilidade e ferramenta de trabalho no Brasil. Este é o melhor primeiro trimestre da história do segmento em nosso país", acrescentou Arcelio.

Os dados da Fenabrave mostram, também, que foram vendidas - nos três primeiros meses do ano - 27,1 mil unidades de caminhões (+4,8%); 6,7 mil ônibus (+27,8%); e 18,4 mil unidades de implementos rodoviários (-16,7%).

AVALIAÇÃO

Gás natural para a indústria é um dos mais caros do mundo, diz CNI

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O preço do gás natural que chega às indústrias brasileiras tem sido, em média, de US\$ 20 (cerca de R\$ 112) por milhão de BTUs (unidade de medida térmica). O valor é dez vezes o praticado no mercado americano e o dobro do europeu. A comparação faz parte de um estudo divulgado na semana passada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O gás natural é um insumo de grande relevância para a indústria, usado tanto como fonte de energia quanto como matéria-prima de produtos como fertilizantes. O documento de 86 páginas faz uma análise do mercado do insumo energético no país.

A avaliação é feita cinco anos após a aprovação da Nova Lei do Gás, marco regulatório que trata de aspectos como transporte, processamento, estocagem e comercialização desse combustível no país. A lei tornou o mercado mais aberto à concorrência, evitando que um mesmo grupo econômico controle todas as etapas do siste-

ma até o consumidor final.

A indústria consome 60% do gás natural no país, marca que está estagnada há mais de dez anos, assinala a CNI.

Ao identificar quanto o combustível brasileiro é mais caro que o americano e o europeu, a CNI explica no documento que US\$ 9 do preço estão associados ao escoamento e processamento, custo que poderia ser reduzido a US\$ 2, de acordo com estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME) - citada pela CNI.

DESAFIOS

Apesar de reconhecer avanços na Nova Lei do Gás, como o conceito de transportador independente - que deixa transportadoras fora da influência direta das produtoras de gás -, a CNI lista desafios existentes no mercado:

- Regulamentação pendente e atrasos na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). De 15 temas, apenas três foram concluídos. A agência também tem adiado o cronograma da abertura do mer-

cado, sendo a falta de recursos humanos um dos principais fatores apontados para essa demora.

- Concentração na comercialização. A Petrobras ainda detém grande parte da comercialização do gás natural, pois muitos produtores continuam dependendo da empresa para escoar a produção.

- Baixa transparência no acesso às infraestruturas. A Petrobras disponibilizou acesso a sistemas de escoamento e processamento de gás, mas as informações sobre a capacidade disponível e as condições contratuais ainda são limitadas, dificultando a atuação de novos entrantes.

- Necessidade de compromisso federal. O estudo reforça que a abertura do mercado de gás depende de uma atuação coordenada entre governo, reguladores e setor privado, garantindo previsibilidade e segurança jurídica para novos investimentos.

COMPETITIVIDADE

A especialista em energia da CNI Rennaly Sousa disse à Agência Brasil que o interesse pelo gás está diretamente ligado à compe-

titividade, transição energética e metas de descarbonização, devido ao potencial de substituição de fontes mais poluentes, como carvão, óleo combustível e lenha.

"Isso faz com que o gás esteja relacionado a iniciativas cruciais para o setor industrial, como a agenda de redução do custo Brasil, além da sustentabilidade e do fortalecimento do compromisso do setor empresarial com a agenda climática global", afirma.

Rennaly diz que ainda há grandes entraves para o desenvolvimento do mercado de gás brasileiro e que é fundamental dar continuidade ao processo de reestruturação do setor.

Ela reconhece os esforços do governo federal e cita as iniciativas mais recentes do Poder Executivo, como a publicação do Novo Decreto da Lei do Gás (Decreto nº 12.153/2024) e a instituição do Comitê de Monitoramento do Gás Natural.

"Essas medidas estão voltadas ao mercado aberto e concorrencial, prevenindo transparência para reduzir a assimetria de informação entre os agentes da indústria de gás natural".

taxa de juros elevada afeta o custo para os consumidores e ressaltou que o segmento exige muito capital, devido aos investimentos que realiza no Brasil. "A segunda preocupação do setor é com o câmbio, porque parte dos componentes dos veículos é importada", acrescentou o CEO. Ao ser questionado sobre o cenário de crescimento da indústria automobilística no Brasil nos próximos anos, Gondo reforçou que é preciso investir em tecnologia e no conforto do cliente.

Nota

PRINCIPAL DESAFIO ECONÔMICO À INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA É A SELIC, DIZ CEO DE RENAULT

O CEO da Renault Brasil, Ricardo Gondo, afirmou que a Selic é o principal desafio econômico para a indústria automobilística no País. A declaração foi feita durante o painel "Uma visão setorial: impactos da conjuntura econômica atual", do evento Country Risk Brasil 2025, promovido pela Coface. Gondo pontuou ainda que a

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE



GÁS NATURAL AÇÚ S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em MRS)					
	Nota	2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	26.694	20.191	28.855	32.137
Contas a receber – partes relacionadas	10	747	1.180	740	681
Adiantamentos		46	44	64	62
Despesas antecipadas		199	38	208	43
Impostos a recuperar	11	377	648	379	767
I.R. e C.S. a recuperar	11	37	783	673	7.091
Outros valores a receber		11	11	11	11
Total do ativo circulante		28.111	22.895	30.930	40.792
Não circulante					
Despesas antecipadas		73	112	73	112
Contas a receber – partes relacionadas	10	-	-	103.104	92.605
Impostos a recuperar	11	1.144	349	2.944	1.997
Participações societárias	12	150.632	427.256	79.948	378.047
Imobilizado	13	10.718	21.992	21.224	32.500
Intangível		16	18	17	20
Total do ativo não circulante		162.583	449.727	207.310	505.281
Total do ativo		190.694	472.622	238.240	546.073
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	871	14.774	896	14.847
Salários e encargos a pagar	15	3.152	3.201	3.395	3.435
Contas a pagar – partes relacionadas	10	587	1.619	827	1.372
Impostos e contribuições a recolher	16	110	679	198	1.355
I.R. e C.S. a recolher	16	-	-	346	5.345
Total do passivo circulante		4.720	20.273	5.662	26.354
Não circulante					
Instrumentos financeiros – Opção	12	-	-	10.542	10.542
Salários e encargos a pagar	15	450	217	450	217
Provisão para contingências	18	348	228	348	228
Impostos diferidos	17	-	-	24.726	24.726
Total do passivo não circulante		798	445	36.066	35.713
Total do passivo e patrimônio líquido		190.694	472.622	238.240	546.073
Demonstrações dos resultados em 31/12/2024 e 2023 (Em MRS)					
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(8.323)	(8.767)	(12.018)	(12.279)
Outros ganhos e perdas	9	(1)	1	1	17
Outras despesas		-	(837)	-	(1.199)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(8.324)	(9.603)	(12.017)	(13.461)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	1.686	2.460	12.735	21.794
Despesas financeiras	21	(33)	(23)	(58)	(111)
Total resultado financeiro		1.653	2.437	12.677	21.683
Resultado de equivalência patrimonial					
Resultado antes dos impostos	12	(280.361)	(182.631)	(306.272)	(206.347)
I.R. e C.S. corrente	17	(287.032)	(189.797)	(305.612)	(198.125)
Prejuízo líquido do exercício		(287.032)	(189.797)	(308.077)	(203.470)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(287.032)	(189.797)	(287.032)	(189.797)
Acionistas não controladores		-	-	(21.045)	(13.673)
Prejuízo líquido do exercício		(287.032)	(189.797)	(308.077)	(203.470)
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2024 e 2023 (Em MRS)					
	2024	2023	2024	2023	
Prejuízo líquido do exercício					
Reconhecimento do hedge via equivalência	(287.032)	(189.797)	(308.077)	(203.470)	
Total do prejuízo abrangente do exercício	(279.429)	(194.120)	(299.904)	(208.120)	
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores	(279.429)	(194.120)	(279.429)	(194.120)	
Acionistas não controladores	-	-	(20.475)	(14.000)	
Total do resultado abrangente do exercício	(279.429)	(194.120)	(299.904)	(208.120)	
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em MRS)					
	2024	2023	2024	2023	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos	(287.032)	(189.797)	(305.612)	(198.125)	
Itens de resultado que não afetam o caixa:					
Depreciação e amortização	49	187	50	216	
Baixa do imobilizado	-	1.208	-	1.202	
Venda do projeto	-	(368)	-	-	
Juros sobre mútuo	-	-	(10.499)	(10.530)	
Outras perdas	1	(1)	(1)	(17)	
Provisão de contingências	120	228	120	228	
Rendimento depósito bancário vinculado	-	-	-	(4.789)	
Resultado de equivalência patrimonial	280.361	182.631	306.272	206.347	
Resultado líquido ajustado	(6.501)	(5.912)	(9.670)	(5.468)	
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:					
Impostos a recuperar	222	(657)	2.388	(2.067)	
Despesas antecipadas	(122)	38	(126)	38	
Adiantamentos	(2)	(34)	(2)	(52)	
Contas a receber – partes relacionadas	432	(494)	1.125	(1.192)	
Fornecedores	297	(546)	249	(526)	
Contas a pagar – partes relacionadas	(1.032)	(387)	(1.727)	1.900	
Impostos e contribuições a recolher	(569)	526	(3.274)	1.058	
Outros valores a pagar	184	217	-	216	
Salários e encargos a pagar	-	(661)	193	(656)	
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(7.091)	(7.910)	(10.844)	(6.749)	
I.R. e C.S. pagos	-	-	(1.874)	(3.043)	
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(7.091)	(7.910)	(12.718)	(9.792)	
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos					
Aquisição de bens do imobilizado	(2.974)	(8.483)	(2.974)	(11.424)	
Recompra de ações – recebimento	3.867	82.621	-	-	
Aumento de capital – UTE GNA I	-	-	-	(72.902)	
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	165.478	
Venda de imobilizado	-	8.592	-	-	
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de investimento	893	82.730	(2.974)	81.152	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital por acionista	4.417	-	4.417	-	
Aumento de capital por acionista – não controlador	1.893	-	1.893	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital – não controlador	81	-	81	-	
Recompra de ações – pagamento	-	(82.621)	(291)	(88.821)	
Bônus de subscrição Açú Trucked	-	-	-	10.542	
Aumento de reserva de capital por acionista	4.417	-	4.417	-	
Aumento de reserva de capital por acionista – não controlador	1.893	-	1.893	-	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	12.701	(82.621)	12.410	(78.279)	
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa					
No início do exercício	20.191	27.992	32.137	39.056	
No fim do exercício	26.694	20.191	28.855	32.137	
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	6.503	(7.801)	(3.282)	(6.919)	
Notas explicativas às DFs individuais e consolidadas (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2024 e 2023 (Em MRS)										
	Capital Social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes				Participação de acionista não controladores	Total do patrimônio líquido		
			Agio e de ságio na emissão de ações	Adiantamento para futuro aumento de capital	Bônus de subscrição Siemens- reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial			Ganho/(perda) na variação percentual em investida	Prejuízos acumulados
Saldo em 1º/01/2023	630.439	460.486	-	13.200	(4.635)	(9.905)	(360.940)	728.645	52.303	780.948
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(189.797)	(189.797)	(13.673)	(203.470)
Recompra de ações	-	(82.621)	-	-	-	-	-	(82.621)	(6.200)	(88.821)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	(4.323)	-	-	(4.323)	(328)	(4.651)
Saldo em 31/12/2023	630.439	377.865	-	13.200	(8.958)	(9.905)	(550.737)	451.904	32.102	484.006
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(287.032)	(287.032)	(21.045)	(308.077)
Aumento de capital – Prumo	4.417	4.417	-	-	-	-	-	8.834	-	8.834
Aumento de capital – BP	1.893	1.893	-	-	-	-	-	3.786	-	3.786
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	81	-	-	-	-	81	-	81
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(291)	(291)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	7.603	-	-	7.603	570	8.173
Saldo em 31/12/2024	636.749	384.175	81	13.200	(1.355)	(9.905)	(837.769)	185.176	11.336	196.512

brados com a bpGM. Nesse espírito, a UTE GNA I pagou, em 07/03/2022 e 11/03/2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/2022, a UTE GNA I propôs procedimento arbitral contra a bp Gás Marketing Ltd. ("bpGM") com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. No dia 25/07/2024 a UTE GNA I Gerção de Energia S.A. ("UTE GNA I") recebeu uma sentença final do procedimento arbitral movido contra a BP Gás Marketing Ltd. ("bpGM"). Com o resultado da sentença favorável a bpGM, a UTE GNA I realizou, em 20/12/2024, o pagamento dos gastos incorridos com o processo de arbitragem e dos gastos jurídicos da contraparte no processo arbitral, no valor de R\$ 33.523. A UTE GNA I informa que a propositura do procedimento arbitral não resultou em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. A GNA HoldCo também trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. **Licenças e autorizações:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I possui licenças ambientais preliminares para 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença para Operação para Linha de Transmissão Açú-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA II). Terminal de Regaseificação de gás natural liquefeito (TGNL), além da expedição de gás natural com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm³/dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açú, compreendendo as seguintes unidades: Unidade de Armazenamento e Regaseificação (FSRU); estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNGC e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão, incluindo os braços de descarregamento marinhos, caixões, estradas, linhas de transferência de custódia; estação de regulação de pressão; lança e receptor de PIG; estação de tratamento de esgoto; sistemas de apoio (distribuição interna de água e combate a incêndio); estruturas de integração com as usinas termelétricas (gasoduto, sistema de captação e distribuição de água do mar, sistema de lançamento de efluentes); instalações administrativas. **Documento:** LO Nº IN051350 e LO Nº IN006540 AVB004490; **Data de Emissão:** 26/05/2020; **Vigência:** 26/05/2030. **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SAÇO DANTAS, SN, ÁREA 1 E ÁREA-2 - UTE GNA-1 - PRAIA DO AÇÚ, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO Nº IN051787; **Data de Emissão:** 08/12/2020; **Vigência:** 08/12/2028. **a. Continuidade operacional:** As DFs foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Cia. reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 287.032 na controladora e R\$ 308.077 no consolidado para o exercício findo em 31/12/2024 e (prejuízo líquido no exercício de R\$ 189.797 na controladora e R\$ 203.470 no consolidado em 31/12/2023) e nesta data, apresenta capital circulante positivo em R\$ 23.391 na controladora e R\$ 25.268 no consolidado para o exercício findo em 31/12/2024 e (R\$ 2.622 na controladora e R\$ 14.438 no consolidado em 31/12/2023). **• UTE GNA I:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I auferiu prejuízo líquido no montante de R\$ 665.703 para o exercício findo em 31/12/2024 e (prejuízo líquido de R\$ 476.030 em 31/12/2023), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 134.545 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 225.337 em 31/12/2023). Para o exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida ("ICSD") abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes. Tal situação foi devidamente tratada pela administração através de um aporte adicional de capital por parte dos acionistas em montante equivalente à sua participação acionária na Cia., incrementando o Capital Social na data de 20/04/2023, pelo valor de R\$ 162.400. Em 21/06/2023, o montante de dívida correspondente a um período de realização superior a 12 meses foi devidamente reclassificado para o passivo não circulante, como resultado desconsiderando o aporte de capital dos acionistas para cura do covenant, conforme mencionado acima. Em 31/05/2024 ocorreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhora na margem operacional da Cia.. Além disso, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida conforme um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício. Em 30/11/2024, a Cia. obteve um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A. A operação, realizada na modalidade "Notas Comerciais Escriturais", possui prazo de 1 ano, custo de CDI + 2,25% e amortização única ("bullet") no vencimento. Os recursos serão destinados unicamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/2024, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado em 1 ano, encerrando assim em 05/01/2026. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Cia. terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos exercícios, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e longo prazos. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplimentos e consequente Continuidade Operacional estão mitigados.

2 Empresas do grupo

Controladas diretas	País	2024	2023
Gás Natural Açú Infraestrutura ("GNA Infra")	Brasil	93,02%	93,02%
Açú Trucked LNG S.A. ("Açú Trucked") (a)	Brasil	100,00%	100,00%

Controladas em conjunto indiretas

UTE GNA I Gerção de Energia S.A. ("UTE GNA I")	Brasil	2024	2023
(a) A empresa Açú Trucked possui o capital suscrito de R\$ 100,00 em nome da GNA HoldCo. Em 17/10/2023 houve a integralização de capital no montante de R\$ 10,00 referente a 10 cotas. 3 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 24/02/2025. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. 4 Base de mensuração: As informações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por outros resultados abrangentes. 5 Moeda funcional: Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 6 Uso de estimativas e julgamentos: Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia.. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do I.R. e C.S. diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros, de sua contabilidade em conjunto indireta que pode impactar o investimento reconhecido na Cia.. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2024 e 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: • Nota explicativa 13.1 - Avaliação de trigger e teste para impairment - principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos investimentos, 7 Políticas contábeis materiais: A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. a. Base de Consolidação: (i) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Cia. em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Cia. o controle compartilhado da entidade e dá a Cia. direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação da Cia. no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber e partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não detém nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. (i) Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR. a. Investimentos: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas DFs individuais. c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utili- <p>zando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Definida em termos da utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Equipamentos de informática: 5 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Benefiteiras e propriedades de terceiros: 25 anos; d. Intangível: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são: Licença de uso de Software: 5 anos. e. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros com</p>			



GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

Adição (reverso) (1) 1
Saldo em 31/12/2024 (3) (3)
10 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia.. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo:				
Contas a receber e despesas a recuperar – Circulante				
GNA Infra – controlada direta (a)	36	542	-	-
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	314	298	328	327
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	397	340	412	354
Total	747	1.180	740	681
Contas a receber – mútuo – não circulante				
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (c)	-	-	103.104	92.605
Total	-	-	103.104	92.605
Passivo:				
Contas a pagar – Circulante				
GNA Infra – controlada direta (a)	74	751	-	-
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	501	832	815	1.244
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	12	30	12	122
Prumo Logística S.A. – Acionista direto (b)	-	6	-	6
Total	587	1.619	827	1.372
Resultado:				
Gastos e reembolsos compartilhados				
GNA Infra – Controlada direta (a)	(524)	(674)	(524)	(674)
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (a)	(1.990)	(2.537)	(4.970)	(5.396)
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	3.963	3.172	4.123	3.222
Total	1.449	(39)	(1.371)	(2.848)
Receitas financeiras				
UTE GNA I – controlada em conjunto da controlada direta (c)	-	-	10.499	10.530
Total	-	-	10.499	10.530

(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA. (b) Compartilhamento de outras despesas gerais ocorridas entre empresas do grupo GNA e Prumo; (c) Em fevereiro de 2021, a GNA Infra, fez aporte em Reais na controlada em conjunto UTE GNA I como mútuo. O mútuo com a UTE GNA I possui vencimento vinculado aos pagamentos subordinados (*). Em 2024 houve apenas o acréscimo de juros. Veja abaixo a movimentação:

	Consolidado	
	UTE I 100% CDI	Total
Saldo em 1º/01/2023	82.075	82.075
Juros apropriados	10.530	10.530
Saldo em 31/12/2023	92.605	92.605
Juros apropriados	10.499	10.499
Saldo em 31/12/2024	103.104	103.104

(*) Contrato com acionistas com pagamento subordinado - Dentro do Acordo de acionistas na empresa UTE GNA I há contratos que possuem a cláusula de pagamento subordinado. Os contratos subordinados são: Porto do Açú contrato de arrendamento do terreno, contrato de O&M e LTPM parcela fixa com a Siemens Energy e contrato de *Flexible fee* com a BP Global e SPMC Brasil. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Diretores				
Pró-labore	(438)	(323)	(745)	(560)
Bônus	(1.963)	(1.700)	(1.964)	(1.700)
Benefícios e Encargos	(132)	(98)	(225)	(169)
Total	(2.533)	(2.121)	(2.934)	(2.429)
11 Impostos a recuperar				
Ativo circulante				
Impostos a recuperar				
I.R. retido na fonte ("IRRF")	352	623	354	742
PIS / COFINS a recuperar	21	21	21	21
ISS a recuperar	4	4	4	4
Total	377	648	379	767

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
I.R. e C.S. a recuperar				
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL") (i)	37	783	673	7.091
Total	37	783	673	7.091
Ativo não circulante				
I.R. e C.S. a recuperar				
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	1.144	349	2.944	1.997
Total	1.144	349	2.944	1.997

(i) Em 31/12/2024 houve a compensação do passivo referente ao I.R. e C.S. no montante de R\$ 2.115 na empresa GNA Infra. **12 Participações Societárias:** a. Participações societárias

	2024		Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
	Investida direta	% de participação		
GNA Infra	188.132	93,02%	(45.390)	(792.574)
Açu Trucked LNG	10.528	100,00%	(10.542)	(17)

	2023		Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado
	Investida direta	% de participação		
GNA Infra	188.132	93,02%	(53.564)	(491.145)
Açu Trucked LNG (*)	11.117	100,00%	-	(40)

(*) Em 04/12/2023 houve a constituição do capital social subscrito e parcialmente integralizado no montante R\$ 100,00 da Gás Natural Açú. **b. Movimentações dos investimentos**

	Controladora		Reserva de capital	Prejuízo acumulado
	2023	2024		
GNA Infra	427.665	427.665	151.017	151.017
Açu Trucked LNG	(409)	(409)	(385)	(385)
Total	427.256	427.256	150.632	150.632

(*) Nas AGEs de 01/07/2022 e 02/10/2024, foram convenionados o cancelamento de 2.023 ações pelo preço de ação de R\$ 138.565,92 que totalizam R\$ 280.601, que foram recebidas junto a GNA Infra nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. Estas 2.023 ações canceladas eram referentes ao caixa disponível, AFAC e Mútuos com a UTE GNA II e *Additional Contingent Equity Commitments* ("ACEC") da Infra. Esta parcela foi integralmente reduzida na linha de reserva de capital, da investida direta. O capital social não foi alterado.

Ano	Classificação do caixa	Quantidade de ações canceladas	Total de cancelamento de ações – R\$	
			2023	2024
2022	mútuos – UTE GNA II	1.400	194.113	
2023	ACEC	595	82.622	
2024	Caixa disponível	28	3.866	
Total		2.023	280.601	

(**) Ajuste avaliação patrimonial perda nas operações de hedge.

	Consolidado	
	2023	2024
Investida direta		
UTE GNA I	378.047	378.047
Total	378.047	378.047

12.1 Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes ("impairment"): De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em 30/09/2023, em decorrência do voto no STF pela constitucionalidade da contribuição FEEF/FOT, a GNA Infra investida direta da Cia. procedeu avaliação de recuperabilidade do seu investimento na controlada em conjunto UTE GNA I. Na data base da avaliação a GNA Infra utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos e externos: • Cenário macroeconômico do país; • Período do fluxo de caixa de 21 anos e 3 meses; • Taxa de desconto efetiva considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% em 2023 (rolling WACC). O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "ke" de 12,17% em 2023 (rolling ke) e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos "kd" de 7,07% em 2023 (rolling kd). O custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "Unlevered Beta". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada. Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da UTE GNA I. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de custos operacionais, custos financeiros e receitas incluindo volume de despacho,

para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da UTE GNA I onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo prazo o modelo financeiro da UTE GNA I considera os valores base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044. Em 31/12/2024, a UTE GNA I realizou, conforme as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", a avaliação anual dos indicadores de desvalorização. Durante esse processo, não foram identificadas mudanças nas premissas que pudessem gerar impacto relevante na análise de recuperabilidade do ativo, exceto pela redução na previsão de despacho térmico da UTE GNA I. No entanto, após avaliação dos impactos dessa premissa, não foi identificado nenhum indicativo de que os ativos tenham sofrido desvalorização no período. Diante dessa análise, a UTE GNA I concluiu que não há necessidade de realizar o teste de impairment, uma vez que não foram encontrados indicativos de que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

	Controladora					Total
	Gastos de desenvolvimento de projetos (i)	Benfeitorias de terceiros	Equipamentos de TI	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	
Saldo em 1º/01/2023	6.826	242	140	203	3	7.414
Adições	22.683	-	-	-	-	22.683
Baixas	(7.918)	-	(1)	-	-	(7.919)
Depreciação	-	(12)	(139)	(35)	-	(186)
Saldo em 31/12/2023	21.591	230	168	168	3	21.992
Custo	21.591	288	1.098	343	4	23.324
Depreciação acumulada	-	(58)	(1.098)	(175)	(1)	(1.332)
Saldo em 31/12/2024	21.591	230	168	168	3	21.992
Adições	2.974	-	-	-	-	2.974
Baixas	(14.200)	-	-	-	-	(14.200)
Depreciação	-	(14)	-	(34)	-	(48)
Saldo em 31/12/2024	10.365	216	134	134	3	10.718
Custo	10.365	288	1.098	343	4	12.098
Depreciação acumulada	-	(72)	(1.098)	(209)	(1)	(1.380)
Saldo em 31/12/2024	10.365	216	134	134	3	10.718
Taxa de depreciação	-%	4%	20%	10%	10%	

	Consolidado					Total
	Gastos de desenvolvimento de projetos (i)	Benfeitorias de terceiros	Equipamentos de TI	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	
Saldo em 1º/01/2023	7.683	242	161	203	3	8.292
Adições	25.624	-	-	-	-	25.624
Baixas	(1.208)	-	6	-	-	(1.202)
Depreciação	-	(12)	(167)	(35)	-	(214)
Saldo em 31/12/2023	32.099	230	168	168	3	32.500
Custo	32.099	524	1.330	364	4	34.321
Depreciação acumulada	-	(294)	(1.330)	(196)	(1)	(1.821)
Saldo em 31/12/2023	32.099	230	168	168	3	32.500
Adições	2.972	-	-	-	-	2.972
Baixas	(14.200)	-	-	-	-	(14.200)
Depreciação	-	(14)	-	(34)	-	(48)
Saldo em 31/12/2024	20.871	216	134	134	3	21.224
Custo	20.871	524	1.330	364	4	23.093
Depreciação acumulada	-	(308)	(1.330)	(230)	(1)	(1.869)
Saldo em 31/12/2024	20.871	216	134	134	3	21.224
Taxa de depreciação	-%	4%	20%	10%	10%	

(i) Os principais projetos em desenvolvimento pela Cia. são: • GASINF – 7 gasodutos licenciados que ligam as instalações da GNA à Rede de Transportes (GASDUC III). Extensão: 105 km | Diâmetro: 26" | Capacidade: 20 MM m³/d (cada). Foi emitida uma licença prévia em 27/05/2022, e os estudos de direito de passagem já foram concluídos. • GASOG – 2 gasodutos licenciados ligando as instalações da GNA à Rede de Transportes (GASCAV). Extensão: 45,4 km | Diâmetro: 18" | Capacidade: 10 MM m³/d (cada). Foi emitida uma licença prévia em 20/12/2019. Açú Trucked GNL ("ATLNG") – Tem como principal atividade construção, ampliação, manutenção e operação de dutos de gás natural, incluindo dutos criogênicos para a movimentação de GNL. Em dezembro de 2023 a empresa HoldCo fez a venda do projeto para empresa Açú Trucked que faz parte do Consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante				
Passivo circulante				
Fornecedores nacionais	197	528	219	531
Despesas provisionadas	674	14.246	677	14.316
Total	871	14.774	896	14.847

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
15 Salários e encargos a pagar				
Passivo circulante				
Gratificações a pagar	2.415	2.680	2.539	2.800
Férias	42	22	105	83
Encargos sobre férias	32	25	76	68
INSS	650	462	656	467
FGTS	13	12	19	17
Total	3.152	3.201	3.395	3.435

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo não circulante				
Bônus de retenção	450	217	450	217
Total	450	217	450	217

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
16 Impostos e contribuições a recolher				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições a recolher				
I.R. retido na fonte ("IRRF")	86	66	104	232
PIS/COFINS a recolher	8	568	78	611
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	16	45	16	512
Total	110	679	198	1.355

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo circulante				
Impostos e contribuições a recolher				
I.R. e C.S. a recolher	-	-	346	5.345
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL") (i)	-	-	346	5.345
Total	-	-	346	5.345

(i) Em 31/12/2024 houve a compensação do ativo referente ao I.R. e C.S. no montante de R\$ 2.115 na empresa GNA Infra. **17 Impostos diferidos:** 17.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:

|--|--|--|

Ativo	Controladora		Consolidado		Descrição
	2024	2023	2024	2023	
Imobilizado/Intangível					
Gastos de desenvolvimento de projetos	15.211	4.363	15.211	4.363	Gastos referentes ao desenvolvimento de projetos.
Total Ativo	15.211	4.363	15.211	4.363	
Resultado					
Despesas Gerais e Administrativas	4.022	5.078	5.435	6.516	Gastos com viagens e estadias, consultoria e materiais para TI, assessoria financeira e jurídica, benefícios.
Total Resultado	4.022	5.078	5.435	6.516	
Total geral	19.233	9.441	20.646	10.879	
Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente; Eugenio Leite de Figueiredo - Diretor Financeiro; Fábio Herlain de Cerqueira - Contador - CRC: 106747/O-7 RJ					
Relatório dos auditores independentes sobre as DFs individuais e consolidadas					
Aos Diretores e Acionistas da Gás Natural Açú S.A. RJ - RJ Opinião: Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Gás Natural Açú S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Gás Natural Açú S.A. em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas DFs individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 25/02/2025. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora - CRC RJ-095335/O-0					

Especial

"Preço e celeridade são os principais fatores", diz especialista sobre crescimento das *insurtechs* no Brasil

Startups de seguros ganham espaço com agilidade, preços acessíveis e parcerias com corretores, mas ainda enfrentam desafios como desconfiança e regulação



As startups começaram a crescer no setor de seguros

POR BÁRBARA SOUZA

O mercado de seguros no Brasil está passando por uma transformação impulsionada pelo surgimento de startups, as chamadas *insurtechs*. De acordo com Paulo Avelar, especialista do setor e responsável pela franquia de uma seguradora, dois fatores têm sido decisivos para esse crescimento: preço e celeridade.

"O primeiro é impulsionado pelo advento das Associações de Proteção Veicular, que, mesmo não regulamentadas pela Susep, elevaram os preços a um patamar mais baixo. É a derradeira, pela velocidade que a tecnologia hoje oferece. Tudo por um aplicativo em seu smartphone, seja para a contratação do seguro ou na realização de um pedido de sinistro", explica Avelar.

Em 2023 o Brasil tinha 377 startups de *insurtech* mapeadas, segundo a Distrito Insurtech Report 2023. Dessas, 60% estão em estágio inicial (MVP ou tração inicial), enquanto 15% já são chamadas de scale-ups, ou seja, que crescem de forma acelerada.

Além disso, nesse mesmo ano as *insurtechs* brasileiras receberam US\$ 108 milhões em investimentos, segundo a KPMG. Principalmente a Pier Seguradora, que levantou R\$ 270 milhões em 2023.

Inovação e agilidade no atendimento

As *insurtechs* têm se destacado pela capacidade

de oferecer serviços mais ágeis e menos burocráticos. "Com o compromisso de oferecer um seguro fácil, rápido e sem burocracia, as *insurtechs* regulamentadas pela Susep conseguem reembolsar sinistros de forma ágil, sem papeladas e tudo resolvido pelo app", afirma o especialista.

Ele destaca ainda que essas startups funcionam como um *Sandbox* (ambiente de testes regulado) da Susep (Superintendência de Seguros Privados), trazendo inovações que aceleram processos antes lentos no mercado tradicional.

Desafios: desconfiança e regulação

Apesar do crescimento, o setor ainda enfrenta obstáculos. Um dos principais é a desconfiança por parte dos consumidores. "O corretor ainda é visto como o 'médico' de segurança no ramo de seguros, independente do segmento", comenta Avelar. Por isso, muitas *insurtechs* têm buscado parcerias com corretoras para ganhar credibilidade.

Além disso, a regulação da Susep, embora essencial para proteger os consumidores, impõe barreiras financeiras. "Para operar no segmento automotivo, por exemplo, uma seguradora precisa aportar valores significativos em resseguro. E as startups encontram dificuldades nesse montante devido ao capital necessário", explica.

Futuro do setor

Apesar dos desafios, o cenário é de crescimen-

to. Com tecnologia, preços competitivos e estratégias para conquistar a confiança do público, as *insurtechs* estão moldando um novo padrão no mercado de seguros brasileiro.

Para Avelar, a chave está no equilíbrio entre inovação e segurança: "A Susep tem um papel fundamental na proteção da população. O desafio é encontrar um caminho que permita às startups crescerem sem abrir mão da solidez financeira exigida pelo setor".

Enquanto isso, os consumidores seguem se beneficiando de processos mais rápidos, preços mais acessíveis e a conveniência de resolver tudo pelo celular.

O futuro do setor é promissor, ainda mais ao avaliar o cenário mais recente. De acordo com a Forbes, as principais *Insurtechs* Brasileiras no último ano foram: Pier Seguradora (seguro digital para automóveis); Bidu (corretora digital de seguros); Youse (seguros personalizados) e Mirae Asset Seguros (seguros investimentos).

O que são as *insurtechs*?

As chamadas *insurtechs* são startups ou empresas de tecnologia que utilizam inovações digitais para transformar e modernizar o setor de seguros. O termo é uma combinação de "insurance" (seguro) e "tech" (tecnologia), refletindo a aplicação de soluções tecnológicas para melhorar a eficiência, acessibilidade e personalização dos serviços de seguro.

ESPECIAL



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Balancos patrimoniais em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	425.055	186.580
Depósitos bancários vinculados	9	32.758	85.229
Clientes	11	294.430	202.901
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.459	14.734
Estoques	12	65.923	54.735
Adiantamentos		8.067	5.209
Despesas antecipadas	13	42.284	37.377
Impostos a recuperar	14	5.746	5.042
IR e C.S. a recuperar	14	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	31	5.119	-
Total do ativo circulante		883.857	591.823
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	15.789	276
Impostos a recuperar	14	1	3
Impostos diferidos	15	569.835	587.316
Instrumentos financeiros derivativos	31	4.343	-
Depósitos bancários vinculados	9	10.306	11.654
Imobilizado	16	4.122.750	4.346.296
Intangível	17	27.248	28.738
Direito de uso	18	296.928	295.199
Total do não ativo circulante		5.047.200	5.269.482
Total do ativo		5.931.057	5.861.305
		2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	19	102.296	99.276
Salários e encargos a pagar	20	11.722	12.441
Contas a pagar - partes relacionadas	10	321.835	144.046
Empréstimos e financiamentos	23	430.511	380.551
Impostos e contribuições a recolher	21	22.149	31.891
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	55.602	38.420
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	16.951
Passivos de arrendamento	18	74.247	93.504
Outras Contas a Pagar		80	80
Total do passivo circulante		1.018.402	817.160
Não circulante			
Fornecedores	19	-	39.725
Contas a pagar - partes relacionadas	11	764.527	506.257
Mútuo - partes relacionadas	11	241.751	217.133
Empréstimos e financiamentos	23	3.179.637	3.042.528
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	2.403
Salários e encargos a pagar	20	3.504	1.670
Provisão para contingências	24	330	279
Impostos diferidos	15	-	18.003
Passivos de arrendamento	18	706.812	552.559
Total do passivo não circulante		4.896.561	4.380.557
Patrimônio líquido	25		
Capital social		1.007.002	1.007.002
Reservas de capital		1.007.002	1.007.002
Outros resultados abrangentes		5.990	(12.219)
Prejuízos acumulados		(2.003.900)	(1.338.197)
Total do patrimônio líquido		16.094	663.588
Total do passivo e patrimônio líquido		5.931.057	5.861.305

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos	(679.375)	(606.665)	-
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização	225.461	232.169	-
Baixa do imobilizado	4	11.469	-
Baixa de contas a receber - partes relacionadas	-	101.640	-
Diferimento de seguro	28.033	46.844	-
Provisão de custos - contrato subordinado	178.345	-	-
Reversão de provisão de custos da Reconciliation invoice (nota 10 - partes relacionadas)	(21.851)	-	-
Provisão de contingências	51	279	-
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	90	11	-
Encargos setoriais e benefícios tributários - provisão	28.692	14.354	-
Variação monetária e cambial	42.943	(8.863)	-
Juros sobre mútuo	24.618	24.690	-
Juros sobre contrato - subordinado	6.154	6.302	-
Variação cambial - contrato subordinado	133.087	(30.240)	-
Inefetividade - hedge	(11.117)	6.242	-
Juros sobre passivo de arrendamento	87.721	91.075	-
Variação cambial sobre passivo de arrendamento	126.750	(39.151)	-
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	411.134	382.462	-
Encargos financeiros / Fee apropriados	10.866	24.681	-
Ganho/Perda hedge	11.278	6.304	-
Custo de transação	41.790	42.181	-
Resultado líquido ajustado	654.674	305.784	
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			
Impostos a recuperar	(702)	(2.184)	-
Despesas antecipadas	(42.774)	(5.454)	-
Clientes	(91.529)	(79.860)	-
Estoques	(11.188)	168.147	-
Adiantamentos	(2.858)	14.708	-
Outros valores a receber	10.275	31.681	-
Contas a receber - partes relacionadas	(36.806)	33.257	-
Fornecedores	(10.552)	29.070	-
Contas a pagar - partes relacionadas	140.053	52.312	-
Impostos e contribuições a recolher	(13.512)	26.422	-
Encargos setoriais e benefícios tributários	(11.550)	(9.087)	-
Liquidação de operações de hedge - custo	(11.278)	(6.304)	-
Salários e encargos a pagar	1.115	2.510	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	583.920	502.862	
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado	(40.471)	(66.102)	-
Aquisição de bens do intangível	(316)	(306)	-
Indenização Acciona	15.736	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(25.051)	(66.408)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital por acionista	-	81.200	-
Aumento de reserva de capital por acionista	-	81.200	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	150.000	-	-
Pagamento passivo de arrendamento	(96.556)	(141.502)	-
Pagamento de principal de empréstimos	(115.369)	(130.998)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(295.594)	(223.296)	-
Pagamento de encargos financeiros	(15.758)	(23.473)	-
Depósito bancário vinculado	53.139	13.590	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(320.138)	(343.279)	
Aumento do caixa e equivalente de caixa	238.731	93.175	
No início do exercício	186.580	93.592	-
No fim do exercício	425.055	186.580	-
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa	256	187	-
Aumento do caixa e equivalente de caixa	238.731	93.175	

Demonstrações dos resultados em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Receita líquida	26	1.616.442	995.073
Custo de bens e/ou serviços	27	(1.360.885)	(948.826)
Resultado bruto		255.557	46.247
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(85.734)	(45.658)
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8	(90)	(11)
Outras receitas	29	40.098	20.148
Outras despesas	29	(137)	(103.600)
Resultado antes do resultado financeiro		209.694	(82.874)
Resultado financeiro	30		
Receitas financeiras		95.986	241.689
Despesas financeiras		(985.055)	(765.480)
Resultado financeiro líquido		(889.069)	(523.791)
Resultado antes dos impostos		(679.375)	(606.665)
IR e C.S. diferido	15	13.672	130.635
Prejuízo líquido do exercício		(665.703)	(476.030)
Resultado por ação			
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído em R\$		(0,33054)	(0,23636)

Demonstrações dos resultados em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Receitas			
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.835.249	1.125.979	-
Outras receitas	40.098	62.890	-
1.875.347	1.188.869		
Insusos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(986.657)	(583.824)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.352)	(16.702)	-
Perda/recuperação de valores ativos	(95)	(146.353)	-
Outras	1.050	3.672	-
(1.054.054)	(743.207)		
Valor adicionado bruto	821.293	445.662	
Depreciação, amortização e exaustão	(224.742)	(231.452)	
Valor adicionado líquido gerado pela Cia.	596.551	214.210	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	95.986	241.689	-
IR diferido	13.672	130.635	-
109.658	372.324		
706.209	586.534		

Demonstrações dos resultados em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(665.703)	(476.030)	-
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ganhos e perdas em operações hedge	27.589	(14.137)	-
IR e C.S. sobre outros resultados abrangentes	(9.380)	3.734	-
Outros	-	49	-
Total do prejuízo abrangente do exercício	(647.494)	(486.384)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Saldo em 1º/01/23 (reapresentado)	925.802	925.802	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(476.030)
Aumento de capital	81.200	-	81.200
Aumento de reserva de capital	-	81.200	-
Perdas operações hedge	-	-	(10.354)
Saldo em 31/12/23 (reapresentado)	1.007.002	1.007.002	(12.219)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(665.703)
Ganhos operações hedge	-	-	18.209
Saldo em 31/12/24	1.007.002	1.007.002	5.990

Notas explicativas às DFs (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I" ou "Cia.") com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15 e em 20/10/17 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Em 28/01/21 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açúcar Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), Siemens Participações Ltda ("Siemens") e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China. A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açúcar. A Cia. faz parte do desenvolvimento do chamado "Açúcar Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entrarão em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/21. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") - parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Cia., em 17/11/17. A Cia. cumpriu todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Cia. pagou, em 07/03/22 e 11/03/22, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/22 a Cia. propôs procedimento arbitral contra a bpGM com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. No dia 25/07/24 a UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") recebeu a sentença final do procedimento arbitral movido contra a BP Gás Marketing Ltd. ("bpGM"). Com o resultado da sentença favorável à bpGM, a UTE GNA I realizou, em 20/12/24, o pagamento dos gastos incorridos com o processo de arbitragem e dos gastos jurídicos da contraparte no processo arbitral, no valor de R\$ 33.523. A Cia. informa que a propositura do procedimento arbitral não resultou em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA.

a. Licenças e autorizações: A Cia. possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açúcar-Campos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I). Terminal de Regaseificação de gás natural liquefeito (TGNL), além da expedição de gás natural com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm3/dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açúcar, compreendendo as seguintes unidades: Unidade de Armazenamento e Regaseificação (FSRU); estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNGC e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão, incluindo os braços de descarregamento marinhos, caixões, estradas, linhas de transferência de custódia; estação de regulação de pressão; lançamento e receptor de PIG; estação de tratamento de esgoto; sistemas de apoio (distribuição interna de água e combate a incêndio); estruturas de integração com as usinas termelétricas (gasoduto, sistema de captação e distribuição de água do mar, sistema de lançamento de efluentes); instalações administrativas. **Documento:** LO Nº IN051350 e LO Nº IN006540 AVB004490

Balancos patrimoniais em 31/12/24 e 2023 (Em MRS)			
	2024	2023	(Reapresentado)
Saldo em 1º/01/23 (reapresentado)	925.802	925.802	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(476.030)
Aumento de capital	81.200	-	81.200
Aumento de reserva de capital	-	81.200	-
Perdas operações hedge	-	-	(10.354)
Saldo em 31/12/23 (reapresentado)	1.007.002	1.007.002	(12.219)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(665.703)
Ganhos operações hedge	-	-	18.209
Saldo em 31/12/24	1.007.002	1.007.002	5.990

Notas explicativas às DFs (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I" ou "Cia.") com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15 e em 20/10/17 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Em 28/01/21 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açúcar Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), Siemens Participações Ltda ("Siemens") e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China. A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açúcar. A Cia. faz parte do desenvolvimento do chamado "Açúcar Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entrarão em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/21. A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing ("bpGM") - parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Cia., em 17/11/17. A Cia. cumpriu todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Cia. pagou, em 07/03/22 e 11/03/22, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros. No dia 29/07/22 a Cia. propôs procedimento arbitral contra a bpGM com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement ("LNG SPA") e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement ("Short Term LNG SPA"), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. No dia 25/07/24 a UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") recebeu a sentença final do procedimento arbitral movido contra a BP Gás Marketing Ltd. ("bpGM"). Com o resultado da sentença favorável à bpGM, a UTE GNA I realizou, em 20/12/24, o pagamento dos gastos incorridos com o processo de arbitragem e dos gastos jurídicos da contraparte no processo arbitral, no valor de R\$ 33.523. A Cia. informa que a propositura do procedimento arbitral não resultou em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA.

a. Licenças e autorizações: A Cia. possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.			
CNPJ nº 23.449.511/0001-90			
de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/24 e 2023, as coberturas de seguros são as seguintes:			
	2024	2023	
Property / BI	3.096.150	2.426.233	
CBI - FSRU	519.849	406.431	
Terrorismo	396.307	309.843	
Responsabilidade Civil - Operação	247.692	193.652	
Transporte de Equipamentos Importados	15.481	37.901	
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	154.808	121.033	
Responsabilidade Civil (Ambiental)	12.000	10.500	
Transporte GNL	390.115	152.501	
Garantia Aduaneira	1.683	1.683	
Cyber Security	10.000	-	
33 Compromissos assumidos: Em 31/12/24, a Cia. apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$ 12.983.464 (R\$ 11.257.329 em 31/12/23), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.			
	2024	2023	Descrição
Ativo			
Imobilizado/Intangível			
Adiantamentos para formação de imobilizado	3	1.359	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Peças Sobressalentes - Manutenção	1.016.565	925.915	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação.
Intangível	1.473	2.446	Licenças de sistemas.
Total Imobilizado/Intangível	1.018.041	929.720	
Total Ativo	1.018.041	929.720	
Resultado			
Custos	11.861.966	10.207.123	Contratos de operação da térmica, operações e manutenção do FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	71.113	92.115	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações	32.344	28.371	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
(Despesas Financeiras)			
Total Resultado	11.965.423	10.327.609	
Total Geral	12.983.464	11.257.329	
34 Eventos subsequentes: • Pagamento da dívida semestral (BNDES, KFW e Debêntures): Nos dias 02 e 15/01/25, a UTE GNA I pagou o montante de R\$ 215.312 referente ao principal e juros do empréstimo e financiamento com BNDES, KFW e debêntures conforme prazo estabelecido no contrato de financiamento.			
Emmanuel Charles Delfosse - Diretor Presidente; Gustavo Artur Cioocca Zeno - Diretor Financeiro; Fábio Herlain de Cerqueira - Contador - CRC: 106747/O-7 RJ			
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da UTE GNA I Geração de Energia S.A. - RJ - RJ. Opinião: Examinamos as DFs da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/24 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em			

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31/12/24, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes: Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que, apresenta a mudança nas políticas contábeis adotadas pela Cia. em 2024: os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram o mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Veja Nota Explicativa 5 e 16 das DFs: Principal assunto de auditoria:** Conforme requerido pelo CPC 01/IAS36 - Redução ao valor Recuperável de Ativos, a Cia. avaliou se houve no exercício findo em 31/12/24 alguma indicação dos ativos terem sofrido desvalorização que resultasse em necessidade de estimar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Para essa avaliação, a Cia. efetuou estudo em base a fontes externas e internas de informação, incluindo principalmente: mudanças no cenário macroeconômico que possa afetar a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa futuro descontado; e mudanças na previsão de despacho técnico, concluindo não haver indicativos de que o valor contábil de quaisquer ativos exceda seus valores recuperáveis. Devido a relevância dos montantes envolvidos dos ativos e às incertezas e aos julgamentos inerentes ao processo de avaliação de indicações de redução ao valor recuperável de ativos, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das DFs. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do estudo para avaliação de indicação de redução ao valor recuperável dos ativos. (ii) Avaliação das premissas utilizadas no estudo preparado pela administração, incluindo mudanças na taxa de desconto e previsão de despacho, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com relatório de consultores externos contratados pela administração e com a projeção do exercício anterior. (iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas DFs consideram as informações relevantes, principalmente em relação à avaliação dos indicadores de redução ao valor recuperável do ativo. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos, no contexto das DFs, relativas ao exercício findo em 31/12/24. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/24, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às DFs. **Res-**

ponsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 25/02/25. KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora CRC RJ-095335/O-0

Economia

PARCELAMENTO

BC anuncia datas de lançamento de novas funcionalidades do Pix

CÍCERO COTRIM/AE

O Banco Central anunciou ontem, as datas de lançamento de novas funcionalidades do Pix. Uma delas, o Pix Parcelado, que possibilita a tomada de crédito pelo usuário pagador para permitir o parcelamento de uma transação, estará disponível para população e lojistas a partir de setembro.

"Quem estiver recebendo terá acesso a todo o valor instantaneamente, mas quem estiver pagando poderá parcelá-lo", informou o BC, por meio de nota. "O Pix Parcelado poderá ser usado para qualquer tipo de transação Pix, inclusive para transferências."

Outra nova solução é o autotendimento do Mecanismo Especial de Devolução (MED), que deve ser disponibilizada a partir de 1º de outubro. Aplicável só em caso de fraudes, golpes e crimes, essa funcionalidade permitirá a contestação e transações Pix diretamente por meio do aplicativo dos bancos, de forma 100% di-

gital e sem a necessidade de interação com o atendimento da instituição.

"Ela não pode ser usada para desacordos comerciais, casos envolvendo terceiros de boa-fé e envio de Pix para a pessoa errada por erro do próprio usuário pagador (como erro de digitação de uma chave). Por ela, será possível também consultar o status e a evolução dos pedidos de devolução efetuados", diz o BC.

O Pix em garantia - solução que permitirá o uso de recebíveis futuros do Pix como garantia em operações de crédito - deve ficar disponível apenas em 2026, por exigir uma infraestrutura mais complexa. Essa funcionalidade visa baratear o crédito ofertado a empresas, e não ficará disponível para pessoas físicas.

Na quarta-feira, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, já havia mencionado várias inovações esperadas para este ano, incluindo o Pix parcelado e o Pix como garantia em operações de crédito, mas sem detalhar as ações.

BRASIL/ARGENTINA

Leilão de ponte não recebe propostas

LUIZ ARAÚJO
E ELISA CALMON/AE

O leilão de concessão da ponte binacional São Borja - Santo Tomé, que liga Brasil e Argentina, não atraiu propostas e precisará ser suspenso pela segunda vez. O edital previa a entrega de envelopes das partes interessadas durante a tarde desta quinta-feira, um dia antes da disputa pública marcada para esta sexta-feira.

Inicialmente, o leilão para a troca da gestora atual estava previsto para 31 de janeiro, mas acabou suspenso por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme a representação acatada no TCU, havia dúvidas sobre requisitos de habilitação do

editais e o cumprimento de etapas obrigatórias. Após ajustes, foi retomado.

Como não recebeu propostas, o projeto deve passar por análise para que volte a ser oferecido ao mercado. A versão atual prevê US\$ 99 milhões em investimentos no trecho, que concentra cerca de 23% das operações comerciais entre os dois países e 39,98% das relações comerciais entre Brasil e Chile.

Com 15,62 km de extensão, a ponte é fruto de um acordo assinado entre Brasil e Argentina em 1989. O prazo da concessão é de 25 anos e a empresa será responsável por realizar um conjunto de intervenções técnicas e operacionais na estrutura.

TARIFAS DOS EUA

Governo tomará medidas para defender empresas nacionais

PAULA LABOISSIÈRE
E ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o país vai tomar "todas as medidas cabíveis" diante da decisão do governo norte-americano de

tarifar em 10% os produtos brasileiros. A sobretaxa foi anunciada na última quarta-feira pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em meio a uma espécie de tarifaço global sobre impostos de importação.

"Defendemos o multilatera-

lismo e o livre comércio. E responderemos a qualquer tentativa de impor um protecionismo que não cabe mais hoje no mundo", disse.

"Diante da decisão dos Estados Unidos de impor uma sobretaxa aos produtos brasileiros, tomaremos todas as medi-

das cabíveis para defender as nossas empresas e os nossos trabalhadores, tendo como referência a lei da reciprocidade econômica, aprovada ontem pelo Congresso Nacional, e as diretrizes da Organização Mundial do Comércio", disse Lula.

Tarifa de Trump pode ter impacto relevante no comércio e investimentos

EDUARDO LAGUNA/AE

A Amcham Brasil considera que a tarifa de 10% anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aos produtos brasileiros tem potencial de gerar "impactos relevantes" no comércio e nos investimentos bilaterais. Os efeitos, conforme a câmara americana de comércio, serão sentidos por empresas, trabalhadores e as eco-

nomias dos dois países.

A Amcham observa que, nos últimos dez anos, os Estados Unidos tiveram um superávit acumulado de US\$ 257 bilhões nas trocas de bens e serviços com o Brasil, de modo que essa relação contribuiu ao objetivo americano de reverter seu déficit na balança comercial. O posicionamento foi colocado em nota à imprensa assinada junto com a seção brasileira do Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos, onde 12 executivos brasileiros discutem recomendações conjuntas para ampliar a cooperação econômica entre os países. As entidades destacam no texto que Brasil e Estados Unidos têm uma relação econômica e comercial equilibrada, complementar e mutuamente benéfica.

Conforme as entidades, iniciativas para ampliar o acesso a mercados e aprofundar comércio e investimentos entre Brasil e Estados Unidos são "legítimas e bem-vindas". Nesse sentido, o pedido é que os governos mantenham o diálogo. "Para que gerem resultados duradouros e positivos, é fundamental intensificar o diálogo entre os dois governos, de forma construtiva e com a participação ativa do setor produtivo", defendem a Amcham e o fórum de CEOs.

Conforme as entidades, iniciativas para ampliar o acesso a

Conforme as entidades, iniciativas para ampliar o acesso a

Conforme as entidades, ini-

Conforme as entidades, ini-

Estado de Minas Gerais (FIEMG) disse que a nova tarifa adotada pelos EUA não é positiva ao Brasil, mas "precisa ser analisada com mais profundidade".

"O impacto dependerá de como nossos concorrentes diretos foram tarifados. Se enfrentarem taxas ainda mais altas, pode haver uma vantagem competitiva para o Brasil, já que o custo adicional será repassado ao consumidor americano", afirma Flávio Roscoe, presidente da FIEMG.

AGRO

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), Tiro Meirelles, afirmou que "o governo americano deveria negociar, conversar, dialogar antes de tomar decisões como essa, porque acaba atrapalhando todo o comércio já estruturado." O dirigente ressaltou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) perdeu força e atitudes como essa mexem em toda a balança comercial global.

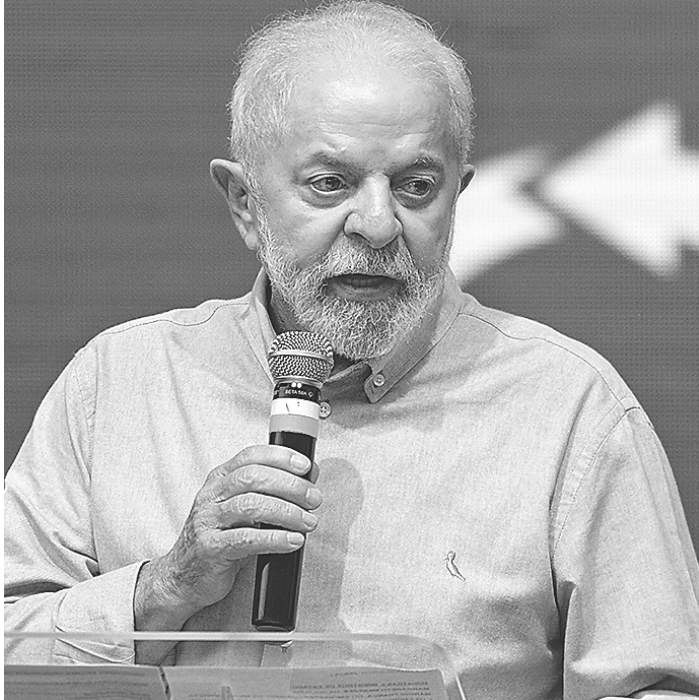
INDÚSTRIA

A Federação das Indústrias do

GESTÃO

Lula diz que Brasil está no rumo certo, e promete novas ações

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



LUIZ ARAÚJO, SOFIA AGUIAR, AMANDA PUPO E VICTOR OHANA/AE

Na cerimônia sobre as entregas da gestão nos últimos dois anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o País está no rumo certo, mas que ainda "há muito a ser feito" e que o governo precisa da "ajuda de todos para enfrentar o ódio e a mentira".

"O Brasil era uma casa em ruínas, uma terra arrasada. Em apenas dois anos de muito trabalho nós arrumamos a casa",

disse Lula. Para o presidente, o Brasil voltou a sonhar, com condições para deixar de ser o "o eterno país do futuro".

Para o restante do mandato, Lula disse que há uma série de novas ações do governo. Prometeu maior alcance da classe média ao Minha Casa, Minha Vida. Ainda, ações na segurança pública.

"Sabemos do enorme desafio que temos pela frente. Mas sabemos também da extraordinária capacidade e força de trabalho do povo brasileiro", afirmou o presidente ao fim do discurso.

Lula: País já teve presidentes com ampla maioria no Congresso sem aprovar nada

AMANDA PUPO, SOFIA AGUIAR, LUIZ ARAÚJO E VICTOR OHANA/AE

Em cerimônia sobre as entregas dos últimos dois anos de gestão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que o Brasil teve governos com "ampla maioria" no Congresso Nacional que, segundo ele, não conseguiram aprovar a quantidade de projetos que sua gestão obteve aval no Parlamento.

"Quero agradecer os deputados e senadores que tanto no Senado quanto na Câmara são responsáveis por apoiar possivelmente a maior quantidade de projetos aprovados por um

governo em apenas dois anos. Brasil já teve presidentes com ampla maioria no Congresso que não conseguiram aprovar a quantidade de coisas que conseguimos aprovar", disse Lula, que agradeceu também ao seu time de ministros pelas entregas.

"Muito obrigado à sociedade brasileira por acreditar que esse país será definitivamente uma nação rica, próspera e uma nação em que homens e mulheres e crianças conquistarão definitivamente o direito de andar de cabeça erguida para que a gente possa voltar a sorrir nesse país", concluiu o presidente.

ESPIONAGEM

PEDRO RAFAEL VILELA/A BRASIL

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil vem trabalhando para reduzir as tensões com o Paraguai em meio a informação de que uma operação hacker teria sido feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a obtenção de informações sigilosas de autoridades paraguaias envolvidas em negociações sobre a usina de Itaipu, de propriedade binacional.

O caso levou o governo do país vizinho a convocar seu embaixador no Brasil e o embaixador brasileiro em Assunção para esclarecimentos, um gesto di-

plomático que formaliza o descontentamento de um país com outro.

"Lamentamos profundamente o que aconteceu. A informação que dispomos, no momento, é o que está na nota (do Itamaraty). Houve um programa iniciado no governo passado e encerrado neste governo. E, realmente, não nos passaria pela cabeça espionar um país amigo. As instituições envolvidas estão fazendo seus processos internos de averiguação, inclusive do lamentável vazamento à imprensa do ocorrido. Processos de investigação não deveriam estar na imprensa", afirmou ontem a embaixadora Gisela Pado-

van, secretária de América Latina do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em entrevista à imprensa.

O monitoramento da Abin teria ocorrido entre junho de 2022 e março de 2023. O caso foi revelado inicialmente pelo site UOL. Em nota oficial, emitida na segunda-feira (31), o Itamaraty reconheceu que a iniciativa de monitoramento partiu da gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro, e foi cessada tão logo o novo governo tomou conhecimento.

"O Itamaraty não tem absolutamente nada a ver com isso e estamos trabalhando com as nossas contrapartes paraguaias,

para que isso não empane uma relação que é tão vigorosa, densa e histórica como a nossa com o Paraguai. Estamos aguardando informações dos órgãos pertinentes", acrescentou Padovan.

DECISÃO

O Paraguai anunciou o congelamento das negociações de respeito da revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, usina hidrelétrica binacional construída e administrada conjuntamente por ambos os países. O documento trata dos valores da energia excedente gerada pela usina e vendida ao Brasil pelo Paraguai. Os dois países mantêm divergências sobre esses reajustes.

SECOM

Sidônio responsabiliza ministros pela queda de popularidade de Lula

ADRIANA VICTORINO/AE

O ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), Sidônio Palmeira (foto), afirmou ontem, que os ministros são responsáveis pela queda na popularidade da gestão. O índice de desaprovação do governo Lula chegou a 56% no mês de março, segundo a pesquisa Genial/Quaest.

"Não tem nada que me isentar de impopularidade. Eu acho que a impopularidade tem responsabilidade de todos os ministros. Todas as áreas, a área política, gestão, comunicação, todo mundo. Isso não tem absolutamente nenhum problema",

afirmou o ministro após o evento "Brasil Dando a Volta por Cima", no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

A cerimônia, que teve tom de campanha política, teve como objetivo apresentar um balanço dos últimos dois anos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em meio à queda na popularidade do governo. A aprovação da gestão petista caiu de 47% para 41%, segundo o último levantamento da Genial/Quaest divulgado na quarta-feira passada.

"Quanto à questão de popularidade do presidente, o objetivo principal desse evento, o objetivo desse evento, não foi isso", disse o ministro. O chefe da Se-

com afirmou ainda que o seu trabalho frente à pasta serve apenas para "informar a população sobre as ações do governo".

"Quanto à opinião da população sobre o governo, se acha isso, ou disso e daquilo, aí não é questão de a gente ficar definindo", concluiu.

A nova campanha publicitária busca reverter a queda na popularidade do governo. Durante o evento, a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teve um papel central. Onze das 36 medidas anunciadas como entregas do governo Lula fazem referência explícita a melhorias em relação aos quatro anos sob Bolsonaro.

ABRASIL



RELATÓRIO

Brasil é 5º país com mais denúncias de abuso sexual infantil online

LETYCIA BOND/ABRASIL

Em 2024, o Brasil figurou em quinto lugar na lista de países com mais denúncias de páginas que distribuíram conteúdos de abuso sexual infantil, de acordo com o relatório da rede internacional InHope, divulgado ontem.

De 2022 para 2024, o país viu as notificações se multiplica-

rem, passando da 27ª posição no ranking para a atual. Nas primeiras posições, aparecem Bulgária, Reino Unido, Holanda e Alemanha.

Para analisar a situação nos países, a InHope apoia-se nos dados coletados pelos 55 canais de denúncia de crimes na internet, chamados de hotlines, que integram a associação internacional. A rede está presente em

51 países. No Brasil, quem recebe as denúncias e faz a contagem é a entidade SaferNet, que desde 2006 atua em parceria com o Ministério Público Federal (MPF).

Das mais de 52 mil páginas denunciadas no Brasil, 10.823 foram repassadas a hotlines e autoridades de outros países, porque, ao que tudo indica, envolviam vítimas de outras nacionalidades. No cálculo, também entraram as páginas associadas a crimes que aparentemente não ocorreram no Brasil.

"Outras 38.051 páginas com indícios de abuso sexual infantil foram encaminhadas aos hotlines com o auxílio de ferramentas de detecção automatizada e pró-ativa, no contexto do projeto Discover, totalizando 48.874

páginas diferentes entre si compartilhadas pela SaferNet Brasil com outros hotlines membros do InHope em 2024", acrescenta a SaferNet.

No ano passado, foram detectadas, ainda, 1.155 páginas diferentes hospedadas no Brasil, o equivalente a 0,05% de todas as páginas com material de abuso sexual infantil identificadas no mundo.

Segundo a SaferNet, tais páginas foram recebidas e analisadas pelo Núcleo Técnico de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPF e autuadas para investigação.

A Safernet mantém a Central Nacional de Denúncias, conveniada ao Ministério Público Federal e o Canal de Ajuda, o Helpline, para vítimas de violência online.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM n.º 27.502

CNPJ/MF: 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os Srs. Acionistas da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A., sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") - Categoria "A" - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 07.714.104/0001-07, com sede à Rua Manoel Serrazina, n.º 620, bairro Almas do Mato, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2025, às 11 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, n.º 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução n.º 81 da CVM, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem acerca das seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) as propostas de (a) destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, (b) excepcionalmente em relação ao exercício social corrente, majorar o percentual do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 18, inciso II, para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com o disposto no artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Instruções Gerais** A participação na AGOE será realizada por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGOE, para o e-mail: societario@aloha.com, com cópia para: ri@aloha.com: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGOE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma *Microsoft Teams*. No dia de realização da AGOE, recomenda-se que os acionistas que comparecerão virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGOE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGOE ("Proposta da Administração") que está disponível na sede da Companhia. Carmo/RJ, 3 de abril de 2025.

Eduardo Sirotsky Melzer - Presidente do Conselho de Administração

COOPATUR – COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ 28.789.584/0001-45 - NIRE 33.4.0000078-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da COOPATUR, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 38 (trinta e oito) cooperados, no gozo de seus direitos sociais, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Coopatur Rádio Táxi, na Rua Guilherme Frota, 167 – Bonsucesso – RJ, nesta Cidade no dia 15/04/2025 (terça-feira), com 1ª convocação às 10hs com a presença mínima 4 de 2/3 dos cooperados; 2ª convocação às 11hs com a presença mínima de metade + 1 dos cooperados e em 3ª e última convocação às 12hs com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – JUSTIFICATIVA DA NÃO REALIZAÇÃO DA AGO; II – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024; III – COMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; IV – RENOVACÃO/COMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL; V – MOTORISTA AUXILIAR LIBERADO PARA RODAR NÃO SÓ POR DOENÇA OU OUTROS. O DIRETO PRESIDENTE E FINANCEIRO, OPCIONALMENTE COLOCANDO AUXILIAR TERÁ UMA REDUÇÃO DE 4 MIL DO SALÁRIO; VI – ASSUNTOS GERAIS. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2025.

FILIPPE ROSA ALVES - DIRETOR PRESIDENTE.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.006/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.006/2025 no dia 17/04/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Reagentes para o Laboratório de Patologia Clínica (REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, PARA EQUIPAMENTO HEMATOLOGIA - HEMOGRAMA, HEMOLIZANTES, DILUENTES, CALIBRADORES, CONTROLES, SOLUÇÕES DE LIMPEZA, REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO, TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA, AGLUTINACAO, TESTE, REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, CONJUNTO COMPLETO PARA AUTOMACAO, QUANTITATIVO DE FIBRINOGENIO, AGLUTINACAO, TESTE COM EQUIPAMENTO EM COMODATO e etc.) Processo nº. 33409.001722/2024-23. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ - inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, vem pelo presente, através do seu Presidente, CONVOCAR, todos os trabalhadores que prestam serviço nas empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), Lanchonetes, Pizzarias, Restaurantes a quilo, Restaurantes com rapidez no preparo e no seu atendimento (Auto Atendimento) e Gastronomia de todo o Estado do Rio de Janeiro, Sejam ou não associados, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 de abril de 2025, na Sede Escola do Sindirefeições-RJ, sito à Rua Carlos Chambelland, 256, Vila da Penha, Rio de Janeiro-RJ, ocorrendo em primeira convocação, com quórum legal às 08 horas e em segunda e última convocação, às 09 horas, com qualquer número de trabalhadores participantes da assembleia, conforme previsto no estatuto social da entidade e em continuidade nas portarias das empresas e nas lojas dos segmentos acima mencionados em todo município do Rio de Janeiro para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação, ou não da contra proposta das empresas para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026; b) Aprovação ou não do desconto da contribuição assistencial dos empregados para o custeio do sistema confederativo de representação sindical em favor do SindiRefeições-RJ e c) Aprovação ou não da inclusão na CCT da cláusula que trata da autorização do uso de dados pessoais e sensíveis dos trabalhadores, para os devidos fins de cadastro em benefícios e documentos que se destinam a verificação do cumprimento das obrigações legais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2025. Ozziel Romualdo de Paula.

VIOLÊNCIA

STF cria regra para operações no RJ e cobra plano para retomada

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu ontem, que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), cumpriu parcialmente as exigências para reduzir a letalidade policial e melhorar a política de segurança pública do estado, mas estabeleceu um conjunto de regras que precisam ser observadas nas operações policiais e na investigação das ocorrências envolvendo mortes de civis e agentes nessas operações. A decisão foi tomada na "ADPF das Favelas".

Os ministros confirmaram que as Polícias Civil e Militar têm autonomia para deflagrar operações em comunidades, que foram limitadas desde a pandemia de Covid-19, mas o trabalho precisa obedecer uma série de diretrizes, como o uso "proporcional" da força e o respeito aos perímetros de escolas, creches, hospitais e postos de saúde.

Uma das principais exigências é a criação de um plano de recuperação territorial de áreas dominadas por facções e milícias com cronogramas objetivos para cada etapa de trabalho, políticas para a juventude e implantação de serviços básicos.

Caberá à União dar "apoio logístico e financeiro" para o combate ao crime no Rio de Janeiro. O STF também definiu que a Polícia Federal deve criar uma força-tarefa permanente para identificar as organizações criminosas em atuação no Rio de Janeiro, sobretudo suas lideranças, movimentações financeiras e conexões com grupos políticos.

Os ministros reconheceram que, desde que 2019, quando o tribunal começou a se debruçar sobre o tema, houve "avanços importantes" por parte do governo estadual, com a redução da letalidade policial, mas concluiu que ainda existem "falhas administrativas, omissões e violações de direitos fundamentais".

Os ministros vinham alinhando nos bastidores um voto conjunto que acomodasse suas divergências. A avaliação interna é a de que o tema é sensível e merecia um pronunciamento unânime e claro do tribunal. Por isso, o ministro Edson Fachin, relator do processo, reajustou a primeira versão do seu voto e fez concessões importantes. Os ministros buscaram aprovar uma decisão que equilibrasse, de um lado, a eficiência do combate ao crime e, do outro, a segurança da população.

"O tribunal tem a preocupação de proteger os direitos fundamentais das comunidades e também tem a preocupação de assegurar a integridade dos policiais e o seu bom direito de defesa quando estejam atuando na forma da lei", defendeu o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, ao anunciar o resultado do julgamento.

O processo não será encerrado com a decisão. O tribunal vai monitorar o cumprimento de suas determinações com auxílio do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão chefiado pelo procurador-geral da República Paulo Gonet.

Veja todas as determinações do STF:**PLANO**

O governo do Rio de Janeiro deve apresentar ao Supremo Tribunal Federal um plano detalhado com medidas para retomar o controle sobre áreas dominadas por facções criminosas e milícias. Os ministros estabeleceram que parte dos recursos destinados à segurança pública do estado, inclusive por meio de emendas parlamentares impositivas, deve ser reservada ao projeto de recuperação do território.

GOVERNO TRUMP

EUA proíbem funcionários de ter relações com chineses

Os Estados Unidos proibiram os funcionários do governo e pessoas ligadas a estes de manterem relações românticas ou sexuais com cidadãos chineses, segundo informou a agência de notícias *Associated Press* ontem.

De acordo com quatro fontes familiarizadas com o assunto e ouvidas pela *AP*, a política foi implementada pelo ex-embaixador dos EUA na China Nicholas Burns, em janeiro, seu último mês no cargo.

Embora algumas agências americanas já tivessem regras estritas sobre relações íntimas, não se sabia de uma política geral de "não confraternização", como é conhecida, desde a Guerra Fria. Não é incomum que diplomatas americanos em outros países namorem com cidadãos locais e até se casem com eles.

Uma versão mais limitada dessa política foi implementada no ano passado, quando os funcionários da Embaixada dos EUA na China foram proibidos de manter relações com cidadãos chineses que trabalhavam em funções de apoio, como guarda, na embaixada e nos consulados. Em janeiro, dias antes de Donald Trump assumir a presidência, Burns expandiu a proibição para qualquer cidadão chinês.

Segundo duas das fontes ouvidas, a nova política foi sugerida pela primeira vez no ano passado, depois que membros do Congresso expressaram a Burns preocupação com as relações íntimas dos funcionários do governo, que não eram consideradas rigorosas. A Comissão da Câmara sobre o Partido Comunista Chinês não respondeu ao comentário.

A nova política abrange os diplomatas dos Estados Unidos na China continental, como a em-

baixada em Pequim e os consulados em Guangzhou, Xangai, Shenyang e Wuhan, e o consulado americano na ilha de Hong Kong. Não se aplica aos americanos fora da China.

A única exceção é para os funcionários americanos que já tinham relações com cidadãos chineses. Eles devem solicitar isenções e, se a isenção for negada, precisam terminar a relação ou deixar o cargo, informaram as fontes. Qualquer funcionário que viole a política receberá ordem de deixar a China imediatamente.

A política foi comunicada verbalmente e eletronicamente ao pessoal americano na China em janeiro, mas não foi anunciada publicamente.

O Departamento de Estado disse que não comenta sobre assuntos internos. O Conselho de Segurança Nacional encaminhou as perguntas para o Departamento de Estado. Burns, o ex-embaixador, não respondeu a um pedido da *AP* enviado ao seu endereço de e-mail.

GUERRA FRIA

Os serviços de espionagem de todo o mundo usam há muito tempo homens e mulheres atraentes para obter informações sensíveis, em uma prática comum durante a Guerra Fria.

O Departamento de Estado e outras agências americanas com escritórios na China têm há muito tempo requisitos estritos para relações íntimas dos funcionários, assim como há regras em outros países considerados rivais dos EUA, como Rússia e Cuba.

Segundo documentos desclassificados do Departamento de Estado, em 1987 o governo americano proibiu funcionários que estavam na União Soviética e na China de manter amizade, namorar ou ter relações sexuais com cidadãos locais depois que

um fuzileiro naval americano em Moscou foi seduzido por uma espiã soviética. Essas restrições foram relaxadas após o colapso da União Soviética em 1991, segundo reportagens da época.

Na China, nenhuma medida semelhante foi aplicada durante muitos anos. Até a nova proibição em janeiro, os funcionários americanos na China eram obrigados a relatar qualquer contato íntimo com cidadãos chineses a seus supervisores, mas não eram proibidos de ter relações sexuais ou românticas.

Diplomatas e especialistas em inteligência dos Estados Unidos dizem que Pequim usa a espionagem através de sedução. Antes de serem enviados, os funcionários participam de uma apresentação que exhibe exemplos de espionagem chinesa através de sedução e são advertidos que dezenas de espiões chineses podem ser designados para seguir os diplomatas.

Pouco se sabe sobre as políticas de não confraternização do governo dos Estados Unidos em outros lugares, já que são consideradas classificadas. Não se sabe o quão restritivas são tais políticas em outros países.

AUMENTO DAS TENSÕES

Nos últimos anos, as tensões entre Washington e Pequim escalaram por causa da competição comercial, tecnológica e geopolítica.

Segundo Peter Mattis, ex-analista da CIA e presidente da *The Jamestown Foundation*, um grupo de especialistas com sede em Washington, houve pelo menos dois casos em que agentes de Pequim seduziram diplomatas americanos na China. Ele ressaltou, no entanto, que não lembra de casos semelhantes nos últimos anos.

Mattis acrescentou que outro problema é que a segurança es-

tatal chinesa não coleta inteligência apenas através de espiões, mas também pressionando cidadãos chineses comuns para obter informações, muitas vezes através de ameaças ou intimidação. Isso, disse Mattis, significa que qualquer cidadão chinês que namore um diplomata americano pode ser vulnerável à coerção.

"O MSS está disposto a aproveitar qualquer conexão humana que tenha um alvo para coletar inteligência", disse Mattis, usando um acrônimo para o Ministério da Segurança do Estado chinês. "Esta mudança de regra sugere que o MSS se tornou muito mais agressivo em tentar acessar a embaixada e o governo dos Estados Unidos".

O Ministério das Relações Exteriores da China não comentou sobre a proibição. "(É) mais apropriado perguntar aos Estados Unidos sobre esta questão", disse em um comunicado.

A China também tem endurecido os controles sobre o pessoal no exterior, de acordo com regulamentos chineses, notícias e fontes familiarizadas com a burocracia da China.

Pequim começou a aplicar rigorosamente regulamentos que proíbem promoções para funcionários públicos chineses com cônjuges que adquiriram cidadania estrangeira e impedem que diplomatas passem um período prolongado de tempo em um país, o que força o retorno de alguns à China.

O Ministério das Relações Exteriores da China e muitos outros órgãos governamentais proíbem seus funcionários e pessoal de terem relações sexuais ou românticas com cidadãos estrangeiros. Membros do exército ou da polícia chinesa geralmente são proibidos de sair da China completamente sem a aprovação expressa de seus supervisores.

ALTO ESCALÃO

Trump demite assessores do Conselho de Segurança Nacional

A Casa Branca demitiu ontem, diversos assessores do alto escalão do Conselho de Segurança Nacional, segundo fontes familiarizadas com o caso. A ação acontece em dia após o presidente Donald Trump se reunir com a ativista de extrema direita Laura Loomer, que teria apresentado uma lista com nomes de pessoas que ela acredita serem desleais a ele.

O número exato de demitidos é desconhecido. O jornal

americano *The New York Times* afirma que seis funcionários foram cortados. O *The Washington Post* diz que foram ao menos três.

Um dos porta-vozes da Casa Branca, Brian Hughes, disse que o Conselho não comenta sobre o assunto.

As demissões também ocorreram uma semana após o escândalo que envolveu a inclusão por engano de um jornalista em um grupo de autoridades no

aplicativo de mensagens Signal que discutia planos de guerra dos EUA. O jornalista, Jeffrey Goldberg, editor-chefe da revista *The Atlantic*, teria sido convidado a entrar no grupo pelo conselheiro de segurança nacional, Michael Waltz.

Os demitidos incluiriam Brian Walsh, diretor de inteligência e ex-diretor de equipe do Comitê de Inteligência do Senado; Thomas Boddy, diretor de assuntos legislativos; e David

Feith, diretor de tecnologia e segurança nacional que atuou no Departamento de Estado.

Segundo fontes ouvidas pelo *NYT*, Waltz teria se juntado a reunião entre Trump e Loomer para defender parte de seus funcionários, mas não foi suficiente. O vice-presidente J.D. Vance e outros funcionários do alto escalão do governo também teriam participado do encontro, ocorrido no Salão Oval da Casa Branca.

TRATADO

Rubio se encontra com a Otan, e diz que EUA seguirão na aliança

O Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, buscou tranquilizar os aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) antes de uma reunião com chanceleres dos países da aliança de defesa ontem, em Bruxelas (Bélgica). Rubio afirmou que existe muita "histeria" na imprensa sobre as reais intenções do presidente americano Donald Trump em relação à Otan e Washington está comprometido com a aliança.

"Parte da histeria e hipérbole que vejo na mídia global e em alguns meios nacionais nos Estados Unidos sobre a Otan é injustificável", disse Rubio. O se-

cretário de Estado apontou que Trump apoia a Otan. "Vamos continuar na aliança, mas queremos que a Otan seja mais forte, que seja mais viável", afirmou o chefe da diplomacia americana.

Por isso, Rubio apontou que seu país espera que a reunião permita identificar um "caminho realista" para que todos os países da aliança se comprometam a destinar 5% de seu PIB para a defesa. "Ninguém espera que todos o façam em um ano ou dois. Mas o caminho tem que ser real", insistiu.

O novo embaixador dos Estados Unidos na Otan, Matt Whitaker, também está na Bélgica

para a reunião. Em um comunicado, o diplomata apontou que "sob a liderança do presidente Trump, a Otan será mais forte e eficaz do que nunca".

PREOCUPAÇÃO

Apesar dessas palavras, os aliados europeus e o Canadá estão profundamente preocupados com a prontidão de Trump em se aproximar do presidente da Rússia, Vladimir Putin, que vê a Otan como uma ameaça. A aliança teme que um possível acordo de cessar-fogo entre a Ucrânia e a Rússia seja muito favorável a Moscou.

Os aliados europeus também se preocupam com uma possí-

vel redução no número de tropas dos EUA no Velho Continente. Questionado sobre o tema, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou que não existem planos para uma retirada de tropas americanas da Europa.

De fato, o governo Trump não informou seus aliados da Otan sobre quaisquer planos que possa ter. Mas vários países europeus estão convencidos de que as tropas e equipamentos dos EUA serão retirados, e eles querem descobrir com Rubio quantas tropas voltarão aos EUA e quando isso vai acontecer, para que possam preencher as lacunas de segurança.